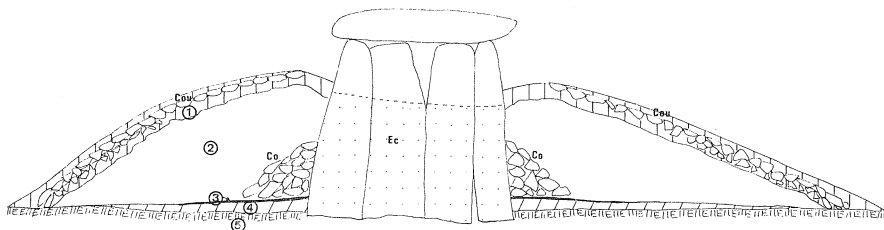


## Uma mamoa megalítica como fonte de informação arqueológica e paleoecológica: algumas reflexões

Uma mamoa, como estação arqueológica, comporta em geral um certo número de aspectos estruturais que convém distinguir muito claramente quando se pretende valorizar as informações que a sua escavação nos ministra. Desprezando por ora todo o contexto (relação com a paisagem e com outras estações arqueológicas) e concentrando-nos apenas no monumento em si, teremos basicamente que considerar o *tumulus*, a estrutura propriamente megalítica (chamemos-lhe dólmen para simplificar) e os eventuais vestígios de solo antigo subjacente. Qualquer elemento de espólio, ou recolha de outra natureza, feita em cada um dos âmbitos estruturais mencionados terá, obviamente, de ser valorizada de maneira específica. Em princípio, tudo quanto provenha do solo antigo será anterior à construção, tudo quanto venha das terras do *tumulus* poderá ser anterior, contemporâneo da mesma construção, ou posterior a ela, e aquilo que for recolhido no interior da estrutura dólmenica será coevo do monumento ou mais recente, podendo chegar até à actualidade. Termos estas verdades comezinhas bem presentes será especialmente importante no momento actual, em que as escavações deixaram de ter como único objectivo a recolha de artefactos ou de outras informações arqueológicas, para visar também a obtenção de carvões, ou em geral de elementos susceptíveis de fornecer datações ou dados sobre os paleo-ambientes. O custo ou a dificuldade em conseguir as análises daí decorrentes faz com que por vezes nos sintamos tentados a valorizar resultados isolados, tomando uma data C14, por exemplo, como válida para todo o monumento, independentemente da proveniência exacta dos materiais que lhe deram origem. Certos laboratórios ou especialistas podem limitar-se a fornecer os resultados das suas observações, mas compete ao arqueólogo utilizá-los de forma crítica, pesando o seu real significado no conjunto dos elementos revelados pela escavação. A este respeito deveremos declarar desde já que uma data isolada de radiocarbono terá de ser sempre encarada como um dado muito provisório, não só para o monumento no seu conjunto, mas para o nível arqueológico que pretende situar cronologicamente. Temos de trabalhar com séries de datas, mas, no caso de uma estação com vários níveis estratigráficos, mais valem, desde já, diversas datas para um só nível, susceptíveis de se contrastarem entre si, do que apenas uma para cada nível, por muitas que elas sejam. Convém pois nunca esquecer que a escavação é que é o momento decisivo da investigação arqueológica, e que é o responsável pela mesma que deve em última análise valorizar o significado de todos os resultados que lhe são proporcionados pelos especialistas que com ele colaboram. Por mais apêndices analíticos que se agreguem a um relatório de escavações, é a qualidade das observações feitas durante as

mesmas que determinará o interesse de todas as outras investigações. Por isso é que uma escavação não deve ver-se apenas como um acto puramente técnico — algo que poderia ser bem feito por um indivíduo que só escavasse, independentemente da época, contexto cultural, e problemática subjacente — mas como uma operação *intelectual*, em que um procedimento de tipo rotineiro conduzirá fatalmente à perda irremediável de informação, se não mesmo à destruição científica da estação intervencionada. Os «técnicos» têm lugar na escavação — mas sob a supervisão de um investigador, isto é, em última análise, de um pré-historiador ou, se quisermos, de um historiador, no sentido mais amplo desta palavra. Esta cautela convém não ser esquecida, no momento em que circunstâncias exteriores à pesquisa obrigam à realização de muitas escavações de emergência, por vezes entregues aos chamados «técnicos de campo», com os riscos que facilmente se adivinham. Por isso sempre defendemos que os arqueólogos que actuam nos Serviços do I.P.P.C., por exemplo, devem ser também, a seu modo, investigadores.



**Esquema muito simplificado de uma mamoa megalítica (em corte).**

1 — camada superficial, contendo a coroa de revestimento pétreo; 2 — terras que constituem o montículo; 3 — nível lenticular de areão saibrento depositado; 4 — restos do solo antigo; 5 — saibro da base.

Cou — coroa lítica; Co — contraforte da câmara; Ec — enchimento da câmara.

Voltando ao caso concreto de uma mamoa megalítica, e baseados na nossa experiência de dez anos de trabalho neste tipo de estações, gostaríamos de reflectir brevemente sobre algumas das situações que se nos podem deparar em cada um dos casos acima enunciados, isto é, no que se refere ao *tumulus*, ao dólmen, e ao «solo enterrado», ou seus vestígios. Reportamo-nos, obviamente, ao Norte do país, onde se têm processado as nossas investigações.

Uma mamoa construída em terra, e revestida por uma estrutura imbricada de pedras, que designamos coroa, pode conter no seu interior uma certa variedade de elementos não estruturais dignos de estudo. Porém, os carvões, sementes e restos de artefactos que nela se recolherem tanto podem ter sido carreados para o local do montículo na altura da sua construção (sendo assim anteriores a esta), como ter resultado de acções antrópicas (remeximentos, reutilizações) ou naturais, posteriores. As mamoas

são sítios óptimos para os animais escavadores construírem as suas tocas, transportando para o interior do montículo elementos alógenos; essas tocas, antigas ou recentes, distinguem-se normalmente bem na estratigrafia. Fogos de mato podem, em épocas diferentes, ter queimado a vegetação que cobria o *tumulus*, de forma mais ou menos profunda, possibilitando por exemplo a infiltração de elementos através de buracos de antigas raízes. A própria água das chuvas, ou a progressão de raízes em profundidade, alteraram sem dúvida a distribuição dos elementos no interior das mamoaas, que estão longe de se encontrarem intactos. Aliás, as mamoaas constituídas por terras húmidas, pouco consistentes, no momento da sua edificação, sofreram com o correr dos séculos um processo de compactação, que pode atingir várias dezenas de centímetros, o que certamente também afectou, de modo mais ou menos importante, os elementos arqueológicos ou paleoecológicos que continham. Estes, de acordo com o seu maior ou menor peso, podem ter «migrado» no interior do *tumulus*, apresentando-se hoje a uma cota diferente da original. Precisaríamos, aqui como em tantos outros casos, de dispor de uma nova ciência, a dos depósitos arqueológicos (e, em particular, daquilo que se designa por «micromorfologia»), que nos ajudasse, entre outros aspectos, a explicitar todas as alterações pós-deposicionais sofridas pelos testemunhos que exumamos. E não nos esqueçamos, ainda, de que durante a própria construção de uma mamoa — que não sabemos quanto tempo durou — os seus autores podem ter realizado, à superfície, diversas acções, como o acender de fogueiras, que evidentemente deixaram os seus vestígios, os quais precisam de ser distinguidos dos de outra origem. Ter em consideração todas estas possibilidades é estar atento à diversidade do que a escavação é susceptível de revelar, afinando a atenção e permitindo a interpretação correcta em cada caso. Longe de ser um «invólucro» de estruturas e de objectos, como para os autores antigos, o *tumulus* é o nosso próprio campo de pesquisa; a sua dissecação o nosso objectivo, não por uma questão de princípio rotineiro, mas com a intenção de averiguar como foi feito e que alterações ulteriores sofreu. Antes de saber que história se retira de um lugar, importa saber a história *desse lugar*. Uma micro-história, na verdade, mas é nela que se baseiam as «grandes» conclusões que no fim se obtêm. Esta a especificidade do trabalho do arqueólogo dos nossos dias, cuja atitude metodológica e epistemológica está próxima da do naturalista, para o qual não existem à partida «grandes» e «pequenos» temas, mas sistemas de fenómenos cujo encadeamento é nosso mister descrever tão objectivamente quanto possível, para depois os podermos interpretar.

Também a estrutura megalítica raramente chegou até nós intacta. Defrontamo-nos aqui com a análise de uma arquitectura, sendo essencial a sua reprodução gráfica tão fielmente quanto possível, ao longo das várias fases de exumação. A produção de um «croquis» de planta simplificado, tal como aparecia nas antigas publicações, não é hoje suficiente. Em rigor, os pontos delimitadores da estrutura têm que coincidir uns com os outros, tanto na sua projecção planimétrica (necessária, para lá da planta) como vertical. É um trabalho por vezes muito difícil, sobretudo em câmaras pequenas, em que temos de operar em espaços apertados, acrescentando que o contraforte e a própria massa do *tumulus* nos impedem frequentemente de visualizar por completo o dólmen, não sendo obviamente legítimo remover a mamoa para o poder observar completamente (como já se fez entre nós). Tudo quanto são linhas ou delimitações hipotéticas devem, assim, ser representadas a tracejado, não dando como certo aquilo que é meramente

provável. Aqui como noutros aspectos da arqueologia, a qualidade da informação gráfica é um dos barómetros do rigor aplicado nos trabalhos; mas não é o único, porque quem desenha pode sempre conferir falsa verosimilhança àquilo que representa («nos desenhos bate sempre tudo certo»... dizia alguém, com ironia). Eis porque, na nossa ciência, que se baseia em informações muitas vezes não comprováveis, a qualidade moral do investigador é condição *sine qua non* da fiabilidade do seu trabalho.

Mas uma câmara dolménica é também uma «caixa», um compartimento em que, desde a sua construção, se acumularam coisas. Tem portanto um enchimento que importa decapar cuidadosamente, peneirando todo o seu conteúdo (acção que pelo menos em princípio, ou idealmente, se deveria aplicar a todos os sedimentos removidos pela escavação). Nunca encontrámos, nas nossas escavações, uma câmara não violada, nem ao menos um nível completamente intacto no seu interior. Todo o respectivo enchimento se acha mais ou menos revolvido, o que não significa que, em alguns casos, se não encontrem parcialmente preservados certos dos seus elementos originais, como pode ser um resto de piso, por ex. Há que estar particularmente atento, pois, distinguindo cuidadosamente as estruturas, sedimentos, ou objectos que possam ainda ocorrer *in situ*. É claro que tais elementos podem estar ligados a uma das fases de utilização do sepulcro, nada nos garantindo, à partida, que ela seja coetânea culturalmente da construção daquele. Qualquer indício artefactual ou paleoecológico proveniente do interior da câmara deve assim passar pela malha da crítica antes de ser valorizado.

Sob o monumento, e sobretudo em torno da câmara, onde é mais espesso, surge-nos com frequência um nível de textura e cor diferentes das que as terras do montículo apresentam. Por vezes os dois estratos encontram-se mesmo separados por uma estreita lenticula de saibro, que tudo indica ter sido depositada pelos construtores. Se assim foi, eles contribuíram para distinguir dois sedimentos completamente diferenciados, pelo menos em termos arqueológicos: aquele que acumularam, para construir a mamoa, e um outro que já existia no local, e a que chamamos «solo enterrado», ou «solo antigo». De notar que normalmente o contraforte da câmara se lhe sobrepõe, ao contrário do que acontece com os esteios, que o «rompem» para atingir a rocha, em que se encontram assentes. Essa necessidade da câmara se implementar no *bed-rock* e o facto deste poder ter sido regularizado nessa área, deverão ter determinado a produção de uma certa quantidade de areão que, espalhado em torno do dólmen, daria precisamente lugar ao nível lenticular antes referido. Aqueles vestígios de solo antigo devem ser convenientemente valorizados, tanto nos dados arqueológicos que fornecem, como nos paleoecológicos (pólens, carvões, etc.). Por exemplo, no respectivo topo encontra-se frequentemente uma camada fina, escura, com abundantes carvões, que, dada a sua extensão em certos casos, se poderá dever a uma queimada da vegetação que, em determinado momento, cobria o local. Esse momento é um problema em aberto, mas poderia corresponder à fase da construção, quando foi preciso limpar o terreno da vegetação que o cobria. Se fosse possível comprovar tal asserção, então teríamos aí, não só uma imagem, embora parcial, da vegetação do sítio na «época» megalítica, como também a possibilidade de, pelo C14, a datar. Seja como for, tal data será sempre um *terminus post quem* para o monumento, sendo muitas vezes a baliza cronológica mais segura que podemos obter numa escavação deste género. É evidente que se podem encontrar carvões a várias cotas desse nível de base, devendo

portanto as recolhas das amostras indicar rigorosamente a sua proveniência; de acordo com esta, a significação do carvão variará, não sendo legítimo, em muitos casos, articular-se esses vestígios com a hipotética vegetação do local à altura da construção megalítica. Mas o solo antigo pode também revelar artefactos, ou outros testemunhos que, cuidadosamente posicionados, serão interpretados de forma quicá diferente de caso para caso.

Finalmente, na própria rocha de base o arqueólogo poderá deparar com estruturas «em negativo» (fossas, buracos de poste, por ex.) que, de acordo com o respectivo enchimento, relacionado com a estratigrafia geral de monumento, terão uma ou outra interpretação. Poderá, por ex., tratar-se de acidentes abertos na rocha anteriormente à erecção do monumento (ou mesmo até mais antigos do que a deposição do «paleossolo») ou, pelo contrário, depressões resultantes de escavações praticadas na própria mamoa, atingindo o *bed-rock*. O registo de todos estes aspectos deverá fazer-se, estejam eles ou não articulados com espólio arqueológico. As acções propriamente humanas — ou melhor, o seu resultado material — deverão ser integradas num vasto campo de fenómenos que se poderão ter dado num certo sítio. Só com a sua observação descomprometida de apriorismos se poderá compreender os aspectos antrópicos em toda a sua extensão. E colocar no seu contexto próprio cada dado arqueológico ou paleoecológico fornecido pela escavação de um *tumulus*.

É certo que uma mamoa é um monumento, um depósito arqueológico (no sentido de Binford) especificamente constituído num dado momento com um fim religioso e funerário. Mas o sítio em que se implantou poderá ainda conservar vestígios da sua história anterior; e o mais normal é que os materiais com que o montículo foi feito ou que nele se incorporaram posteriormente sejam mais ou menos heterogéneos, tanto na sua natureza como na sua origem. Por outro lado, as câmaras dolménicas foram alvo de sucessivas reutilizações, remeximentos e violações, o que também torna o seu enchimento um depósito de fraca «integridade» e «resolução» (também no sentido de Binford — v., deste autor, o livro *Bones*, 1981, p. 19). Por isso, o significado de qualquer artefacto ou ecofacto detectado numa mamoa megalítica tem de ser pesado à luz da sua exacta proveniência e dos possíveis processos que determinaram a sua ocorrência naquele preciso local. A realidade arqueológica é uma parcela do meio *actual* que nos rodeia, e como tal encontra-se alterada, por múltiplos factores, em relação aos momentos do passado que visamos reconstituir; ela é o somatório de variadíssimas acções naturais e humanas, e por isso os dados empíricos que nela observamos têm de ser filtrados criticamente antes de serem por nós utilizados. «Necessitamos de saber mais — escreve por exemplo Binford (*Working at Archaeology*, 1983, p. 203) — sobre os processos que formaram o registo arqueológico».

É sobre estes problemas que o arqueólogo deve estabelecer constantemente diálogo com os cientistas da Natureza que com ele trabalham, e que normalmente têm, por uma questão de formação, esquemas diferentes de racicínio, que podem, num ou noutra caso, ser menos ajustados à realidade arqueológica.

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto